

OS DESAFIOS DO PEDAGOGO NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Mariana Orfão Loureiro¹

Prof.^a Ms. Sheila Carla de Souza²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo buscar na literatura estudos que apresentam a inclusão de alunos da Educação Infantil com Transtorno do Espectro Autista e os desafios enfrentados pelos professores atuantes nesta etapa de ensino. Procurou-se estabelecer relações entre a legislação que sustenta a inclusão de sujeitos autísticos em escolas regulares, a importância da formação continuada dos docentes e sua atuação em conjunto a inclusão escolar. Por ser um estudo de se o cruzamento de palavras, “autismo X intervenção”, “autismo X Educação Infantil”, entretanto foram encontrados poucos artigos, por essa razão não foi aplicado o critério “artigos publicados nos últimos anos”. Também, foram utilizados livros que abordam o Transtorno do Espectro Autista em vários aspectos. Realizou-se o levantamento sobre o conceito de autismo e suas especificidades, as leis que subsidiam os indivíduos com algum tipo de deficiência e foram estabelecidas relações com a formação e atuação de professores. Concluiu-se que, para que haja sucesso na inclusão total de crianças autistas na rede regular de ensino, é necessário que os professores e a instituição de ensino encontrem formas inovadoras de trabalhar, adaptando as atividades, ajustando o conteúdo e a rotina às necessidades do educando. Para isso, é de suma importância que seja exigido dos docentes, especializações que comprovem que os mesmos estão aptos para lidar com a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Educação Infantil, Atuação do Professor, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista, é um transtorno do neurodesenvolvimento e inclui déficits na comunicação social e comportamental, interesses restritos e repetitivos. Cerca de 1 a cada 59 crianças possuem esse transtorno de acordo com o Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos. Além disso, de acordo com Schwartzman(2018), há uma maior incidência de autismo em meninos do que em meninas, com proporções médias relatadas de cerca de 4 a 5 meninos para cada menina.

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM mari-loureiro@hotmail.com

² Orientadora pelo Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM sheilacarla.souza@mackenzie.br

Um indivíduo com TEA pode ser diagnosticado de forma confiável tanto quando criança com até 24 meses ou adulto, porém devido à natureza complexa e a progressão do TEA exige-se um diagnóstico e uma abordagem multidisciplinar, integrando o empenho de médicos da saúde mental, educacional, profissional, comunitária e princípios da saúde aliada como fonoaudiólogos e terapeutas.

Considerando que os sujeitos autísticos apresentam prejuízos na interação social, problemas na comunicação e atividades repetitivas, estereotipadas e limitadas, cabe aos profissionais, que acompanham esse indivíduo utilizarem estratégias que beneficiem a aquisição de habilidades que são pré-requisitos para que outras se desenvolvam.

Diante do exposto, levanta-se a seguinte questão: quais intervenções são propostas, aplicadas e se mostraram mais eficazes na escolarização de alunos de 2 a 5 anos que frequentam a Educação Infantil e receberam o diagnóstico de autismo?

Frente a isso, tem-se como objetivo geral deste trabalho buscar na literatura estudos que compreendam a influência do professor no processo de intervenção de alunos da Educação Infantil que recebem o diagnóstico de autismo, por meio de suas práticas para melhora do quadro desses indivíduos.

Para isso, será apresentado as conceituações sobre o Transtorno do Espectro Autista, prevalência, possíveis causas, como é feito o diagnóstico, as intervenções clínicas feitas e o prognóstico, além disso, serão expostas leis para a inclusão educacional e a formação e atuação do professor na Educação Básica.

Desta forma, a relevância deste trabalho se dá na ampliação das discussões, dentro e fora dos cursos de formação, sobre como o professor pode ser um agente da equipe multidisciplinar e auxiliar o aluno e a família que acabam de receber um diagnóstico. Qual a melhor forma de prestar assistência a esse aluno em parceria com a equipe multidisciplinar ou, até mesmo, se há a suspeita do diagnóstico, como as professoras podem ajudar pedagogicamente esse aluno. Além disso, sugerir os modelos de práticas educativas como exemplos positivos a serem utilizados pelos professores.

METODOLOGIA

O método escolhido para a realização do estudo é bibliográfico e considerou-se as publicações indexadas em bases de dados reconhecidas, Scielo e Capes, com as palavras-chave: “autismo x intervenção” ; “autismo x educação infantil”, no título e ou resumo concomitantemente.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Devido ao baixo número de artigos apresentados pelas ferramentas de buscas das bases de dados, o critério “artigos publicados nos últimos anos” não foi aplicado.

DESENVOLVIMENTO

1.1. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) pertence ao grupo de Transtornos do neurodesenvolvimento, isto é, são transtornos que tipicamente se manifestam no início do desenvolvimento, em geral antes da criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V).

As características principais do Transtorno do Espectro Autista são prejuízos perseverantes na comunicação social mútua e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

1.2 PREVALÊNCIA

O número de casos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, prevalência, tem aumentado nos últimos anos, mas de acordo com Schwartzman (2018) há vários fatores que podem estar relacionados a esse aumento, afinal o conceito de TEA está muito mais abrangente. Segundo o CDC, Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (2018), houve o aumento de 15% no número de crianças que fazem parte do transtorno do espectro autista (TEA) em relação aos dois anos anteriores, considerando o estudo realizado em 11 cidades dos Estados Unidos, isso significa 1 caso para cada 59 crianças americanas (estimativas de 2014, divulgadas em 2018).

1.3. POSSÍVEIS CAUSAS

As causas do Transtorno do Espectro Autista ainda não foram descobertas, entretanto há muitos estudos em busca de respostas que justifiquem esse distúrbio, em um artigo publicado pelo The Journal of the American Medical Association (JAMA) a equipe do investigador Sven Sandin afirmou que estima-se que a hereditariedade é responsável por 50% das causas do TEA e que os fatores ambientais possuem também grande responsabilidade sobre as causas do transtorno. Dentre os fatores estão, complicações durante o

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

nascimento, infecções maternas ou a medicação que se recebe antes e após o nascimento, toxinas ambientais, aditivos alimentares, poluentes industriais no ar, na água e no solo.

1.4. DIAGNÓSTICO

De acordo com Schwartzman (2018), o diagnóstico de autismo pode ser feito por médicos que possuam formação na área de desenvolvimento infantil com experiência na condição de TEA, como neuropediatras, psiquiatras infantis, entretanto para que esse diagnóstico seja fechado é necessário o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, especialistas na área de linguagem e comunicação, terapeutas, geneticistas, etc.

1.5. INTERVENÇÕES

O Transtorno do Espectro Autista não possui cura, devido sua natureza heterogênea e desenvolvimental. Há tratamentos e intervenções que facilitam o engajamento social e o discurso funcional. As intervenções são terapias que promovem o desenvolvimento de aspectos fundamentais para a autonomia do indivíduo.

Abaixo serão apresentadas algumas técnicas de manejo terapêutico, baseadas nos princípios cognitivo-comportamentais para o tratamento da criança com autismo.

1.5.1. O modelo *TEACCH*

O modelo *Teacch* - Tratamento e educação de crianças autistas e com desvantagens na comunicação (Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicapped Children), foi desenvolvido sob a direção de Eric Schopler, na Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos no ano de 1970. De acordo com Whitman(2015) essa abordagem considera o autismo como uma condição permanente e por essa razão foi desenvolvida para ajudar pessoas autistas à vida inteira, no âmbito familiar, escolar e da comunidade em que vive.

1.5.3. O modelo PECS

PECS (Picture Exchange Communication System) foi um programa desenvolvido por Andrew S. Bondy e Lori Frost, em 1985 e é uma forma de comunicação aumentativa e alternativa, desenvolvida para auxiliar crianças com autismo a se comunicarem e interagirem com o outro. Esse sistema consiste em utilizar imagens e fotografias selecionadas de acordo com o repertório do indivíduo autístico.

Existem outras abordagens conhecidas que podem ser utilizadas no trabalho com indivíduos autistas, entretanto Schwartzman(2018) explica que antes de selecionar uma determinada intervenção, os pais e responsáveis por esse autista, devem pesquisar sobre o método e procurar evidências científicas de validade pois essas evidências resultam em muitos estudos elaborados cuidadosamente, testes realizados em um número adequado de pessoas e estatísticas corretas e precisas, além disso, deve-se pesquisar sobre possíveis benefícios e efeitos colaterais.

1.6. PROGNÓSTICO

De acordo com o DSM-V, alguns dos fatores que podem influenciar no prognóstico do autismo são: apresentar ou não deficiência intelectual, comprometimento da linguagem, problemas de saúde mental e epilepsia associada como uma comorbidade. Além disso, a experiência dos profissionais que acompanham esse indivíduo pode interferir nesse prognóstico, afirma Schmidt(2013). De acordo com o DSM-V nos Estados Unidos e em outros países, o número de indivíduos com autismo alcança 1% da população.

2. A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Após apresentar conceituações teóricas sobre o Transtorno do Espectro Autista, faz-se necessário abordar, então, leis que subsidiam os direitos do indivíduo autístico no âmbito da educação, ressaltando a necessidade dos professores buscarem formação continuada e destacando a importância de haver profissionais capacitados para receber este aluno nas instituições de ensino regular a fim de incluí-lo.

2.1. LEIS E DIRETRIZES PARA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM TEA

O processo de inclusão escolar no Brasil vem sendo amplamente discutido, mas observa-se que existe uma necessidade de olhares pedagógicos específicos para os diferentes ciclos de educação. Para que isso seja consolidado por profissionais que atuam na escola, faz-se necessário o conhecimento das prerrogativas judiciais e legislativas para fins de execução de direitos e melhora da educação. Diante disso, aqui mencionará leis que instituem ações específicas para crianças com TEA na Educação Infantil.

Em 7 e 10 de junho de 1994, Surge a Declaração de Salamanca, o primeiro documento internacional a defender a inclusão escolar de estudantes com deficiência. Anos depois, já no Brasil surgiu em 20 de Dezembro de 1996, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9.394 e destaca no artigo 2º o dever do Estado e da família, respeitando os princípios de liberdade e de solidariedade humana, a educação e o desenvolvimento do educando para o seu exercício de cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em 27 de Dezembro de 2012 a Lei nº 12.764 delibera a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e determina a partir do artigo 3º, os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, garantindo vida digna, respeitando sua integridade física e moral, proteção, acesso a serviços de saúde, atendimento multiprofissional, medicamentos, nutrição adequada, auxílio no diagnóstico, acesso à educação, moradia, previdência e assistência social de qualidade.

Já em 6 de julho de 2015 surge a Lei nº 13.146 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que determina, garante, promove e norteia exigências que visam a igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Neste sentido, vale destacar que este documento apresenta o capítulo IV em que são expostos os direitos a educação da pessoa com deficiência

O artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, apresenta incisos que responsabilizam o poder público de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a pessoa com deficiência.

Considerando a importância da oferta de Educação para Todos ofertada obrigatoriamente pelo Estado a Lei nº 13.146/2015 denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), reitera-se o postulado na LDB (Brasil,1996) e preserva os direitos acordados na Declaração de Salamanca(1994).

Diante disso, percebeu-se que ainda há necessidade de promulgação de leis que reafirmem o compromisso na oferta da educação para todos, mesmo passadas mais de uma década desde que o Brasil aceitou ser país signatário dos movimentos internacionais de Inclusão.

2.2. A FORMAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 asseguram educação de qualidade para todos. Com a mudança dos anos foi necessário à adaptação e o surgimento de novas leis que possibilitassem educação gratuita e de qualidade

aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Com a presença desses alunos nas salas de aula, os professores começaram a se queixar da falta de conhecimento e o despreparo para desenvolver trabalhos pedagógicos com esses indivíduos, afirma Bridi (2011).

Por essa razão, ressaltou-se a importância de os docentes buscarem uma educação continuada que fosse capaz de suprir e dar subsídios para esse pedagogo seja apto a trabalhar com alunos que possuem algum tipo de deficiência, explica Bridi (2011).

GOLDBERG, PINHEIRO & BOSA, 2005 apud (Silva, Rozek & Severo 2018) complementa que, para que haja qualidade na inclusão de alunos com TEA, a formação de professores é imprescindível.

BAYER, 2005 apud (Silva et al. 2018), explica que apesar da legislação dar subsídios para que alunos com TEA tenham acesso à educação, a escola deve estar preparada para receber este aluno. Os professores devem compreender o sujeito, suas ações em relação aos outros, as exigências de aprendizagem e os desafios que poderão surgir.

3.3. A ATUAÇÃO

O trabalho de Inclusão Escolar a partir da perspectiva do professor, é um processo que envolve muita responsabilidade e disposição, uma vez que o contexto da inclusão, insere um grupo bastante heterogêneo na escola regular. Por essa razão, os educadores vêm se mobilizando para buscar alternativas para atuarem nesse cenário, afirmam Toledo & Martins (2009). A ida à escola proporciona aos alunos atípicos interações sociais entre grupos heterogêneos que possibilitam o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, de acordo com Vygotsky, 1997 apud (Toledo & Martins, 2009).

Toledo & Martins (2009), inferem que, quando um educador compreende a deficiência de seu aluno como uma potência, força, atitudes e com um sentido positivo, novas possibilidades se abrem para o professor. Mediante a isso, espera-se que os docentes tenham a capacidade de perceber e de oferecer novos recursos para que a aprendizagem aconteça.

O professor deve agir em sua sala de aula heterogênea, como mediador. Deve valorizar a diversidade existente em sua classe e propor o intercâmbio entre diferentes níveis cognitivos, organizando os alunos em grupos com o objetivo de um ajudar o outro, possibilitando a troca de conhecimentos e habilidades, além de permitir o desenvolvimento de valores, respeitando a

diferença entre alunos, contribuindo assim, para a construção social e histórica da realidade, propõe, Toledo & Martins (2009).

O grande desafio que o educador terá ao receber um aluno autista em sua sala será a de encontrar formas inovadoras de trabalhar, adaptando as atividades e ajustando o conteúdo às necessidades do educando. Entretanto, se a escola realmente for inclusiva, o conteúdo deve ser flexível para atender todos os alunos que ali frequentam e, se for necessário, os professores devem utilizar desenhos, imagens, materiais que despertem o interesse do aluno, ressaltam Gracioli & Bianchi (2014).

Por fim, para que haja de fato a inclusão escolar, é necessário que a instituição de ensino esteja preparada para receber este indivíduo autista, tendo professores capacitados que sejam inclusivos e realizem os procedimentos necessários para que esse aluno seja incluso com seus devidos direitos pautados pelas leis descritas acima.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Utilizando a plataforma Scielo realizou-se o cruzamento das palavras, “autismo” x “Intervenção” x “educação Infantil”, não foram localizados artigos que contemplem essas três palavras no título e/ou resumo. Entretanto ao fazer o cruzamento de apenas duas palavras “autismo” x “intervenção” encontrou-se 11 artigos que possuem essas palavras no título e 49 artigos que possuem essas palavras no resumo, porém a grande maioria dos artigos estavam relacionados com abordagens realizadas por médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, etc. Em seguida, ao realizar o mesmo procedimento, utilizando a palavras “Autismo” x “educação infantil” não foram encontrados nessa plataforma, artigos que contemplassem essas palavras tanto no título quanto no resumo.

Já na plataforma CAPES utilizando o mesmo critério foram encontrados 23 artigos que contemplem as palavras “autismo” x “intervenção” no título e 13 artigos que possuem as mesmas palavras no “assunto”. Foram encontrados 5 artigos que possuem as palavras “autismo” x “educação infantil” no título e 15 artigos que possuem essas palavras no “assunto”. Vale ressaltar que apenas na plataforma CAPES foi selecionado o idioma português.

A partir disso, conclui-se que, apesar das pessoas terem mais acesso e conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista, não há ainda muitos materiais publicados que abordem a intervenção escolar realizada na educação infantil com alunos com TEA.

Vale ressaltar que os resultados encontrados no presente trabalho destacam a importância de incluir os alunos que possuem qualquer tipo de limitação, em especial os sujeitos com Transtorno do Espectro Autista, entretanto para que isso seja possível, é necessário que os professores e as instituições de ensino estejam preparadas para recebê-los, considerando isso, realizou-se o levantamento de leis que comprovem essa necessidade e estabeleceu-se relações com a literatura.

A Declaração de Salamanca publicada em 1994 foi o primeiro documento internacional a ressaltar a importância da educação inclusiva na rede regular de ensino e assegura educação de qualidade a todos. Pouco tempo depois surge a LDB 9.394/96 visando o mesmo objetivo de educação para todos e destaca em um dos parágrafos a importância e a necessidade de haver um apoio especializado e professores capacitados para integrar esses alunos na escola regular. O documento traz também a imprescindibilidade da escola atentar-se a adaptação de currículo, métodos, técnicas, e recursos específicos para atender este aluno.

Por fim, levantou-se também a lei nº 12.764 de 27 de Dezembro de 2012, que visa à proteção de direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em que destaca aspectos como a saúde, a proteção, nutrição, respeito, acesso a moradia, previdência e assistência social e à educação. Toda via, se fez necessário ressaltar nessa lei, o incentivo a formação e a capacitação de professores para que estejam preparados para lidar com um sujeito autístico.

Amparados pelas leis apresentadas acima, os alunos com TEA têm o direito a educação de qualidade na rede regular de ensino, apesar da legislação subsidiar esses indivíduos, para que de fato ocorra a inclusão total do autista é de suma importância que o professor seja inclusivo e busque alternativas para incluir seu aluno da melhor forma possível, respeitando suas limitações, adaptando o material, o incluindo em grupos heterogêneos, tendo como objetivo principal nesse processo a qualidade de ensino desse aluno, visando sua autonomia e desenvolvimento integral, considerando aspectos biológicos, físicos, psíquicos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos realizados para a execução do presente trabalho, é possível concluir que, apesar de atualmente as pessoas terem mais conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista, percebeu-se que ainda grande parte da sociedade não está preparada para lidar com autistas, seja no âmbito social ou escolar. Considerando o aspecto escolar, é possível inferir que grande parte dos professores que atuam nas escolas, não estão aptos a lidar com alunos que possuem esse transtorno.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Vale ressaltar também que a legislação para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, deixa a desejar possuindo apenas artigos e incisos superficiais principalmente relacionado à educação.

Acredita-se que deve ser exigido de todos os professores a formação continuada que possibilite a atuação de docentes em salas heterogêneas sem que haja discriminação e/ou segregação de alunos deficientes. Afinal, uma escola, uma sala de aula, só poderão ser inclusivas se o professor que estiver lecionando for inclusivo, caso contrário, lei alguma será capaz de parar a discriminação.

Diante disso, retoma-se o problema de pesquisa desse trabalho de conclusão de curso que expõe quais intervenções são propostas, aplicadas e se mostraram mais eficazes na escolarização de alunos de 2 a 5 anos que frequentam a Educação Infantil e receberam o diagnóstico de autismo?

A resposta para a pergunta é proporcionar um ambiente estruturado, estipular um local específico onde o estudo será feito, o que será ensinado e os materiais que serão utilizados, buscando diminuir as frustrações e a ansiedade do indivíduo. Adaptar as atividades, dinâmicas, jogos, provas e o que for necessário para que o ambiente de estudo e o ato de estudar sejam prazerosos e agreguem para o desenvolvimento integral desse aluno, isto é aspectos, biológicos, psicológicos, sociais, culturais e principalmente cognitivo. Também, no que pôde observar a autora acredita que dentro da sala de aula o professor pode e deve fazer toda a diferença, independentemente da metodologia utilizada pela escola. A forma como o professor lida com esses indivíduos é de suma importância para promover mudanças significativas no desenvolvimento dos alunos atípicos.

Importante destacar que se considera que os objetivos de pesquisa foram concluídos uma vez que a literatura foi acessada e apresentada todos os itens propostos no início do trabalho. Entretanto, vale ressaltar a escassez de literaturas de campo nesta área e aponta-se a necessidade de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais: DSM – 5**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dez. de 1996. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

BRASIL, Lei nº12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 12 de maio de 2019.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 12 de maio de 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: MAS/ CORDE, 1994.

BRIDI, F.R.S. **Formação Continuada em Educação Especial: O Atendimento Educacional.** Disponível em: < <file:///C:/Users/Jessica/Downloads/655-894-1-PB.pdf> > Acesso em: 06 de mai. de 2019.

CDC. Centro de Prevenção e Controle de Doenças dos Estados Unidos. **Prevalence of slightly higher autismo according to the CDC ADDM Network report.** Disponível em: https://www.cdc.gov/spanish/mediosdecomunicacion/comunicados/p_prevalencia-autismo_042618.html Acesso em: 6 de abr. de 2019.

Christensen, D.L., Maenner M.J., Blider, D. Et al. **Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 4 years – Early Autism Developmental Disabilities Monitoring Network, Seven Sites, United States, 2010, 2012 and 2014.** Disponível em: < https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/68/ss/ss6802a1.htm?s_cid=ss6802a1_w> Acesso em: 7 de abr. de 2019.

GONÇALVES, A.D. **Os Modelos de Intervenção são eficazes para melhorar a inclusão de crianças com Autismo.** Disponível em: < http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1492/Mestrado%20final%20entregue%20em%2016%20de%20setembro%20-%20N1_S.pdf?sequence=1> Acesso em: 13 de abr. de 2019.

GRACIOLI, M. M.; BIANCHI, R.C. **Educação do Autista no Ensino Regular: Um Desafio à Prática Docente.** Disponível em: <<http://nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/989/1668>> Acesso em 5 de maio de 2019.

HADDAD, M.E.O. **A Importância da Formação Continuada no Processo de Inclusão dos Alunos com Síndrome do X Frágil em Portugal.** Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17208_7429.pdf> Acesso em: 5 de maio de 2019.

JOSEPH, L. ; SOORYA, L.; THURM, A. **Transtorno do Espectro Autista.** São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016.

MERCADANTE, M.T.; ROSÁRIO, M.C. **Autismo e o Cérebro Social.** São Paulo: Segmento Farma, 2009.

SCHMIDT, C. **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade.** Campinas, SP: Papyrus, 2013.

SCHWARTZMAN, J.S. **Cem Dúvidas sobre o Autismo.** São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2018

SILVA, K.F.W. ; ROZEK, M. SEVERO, G. **A Formação Docente e o Transtorno do Espectro Autista.** Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipase/assets/edicoes/2018/arquivos/67.pdf>> Acesso em: 4 de maio de 2019.

SANDIN, S. Lichtenstein, P. Halkola, R.K. **The Familial Risk of Autism.** Disponível em: <<https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/1866100?appId=scweb>> Acesso em: 7 de abr. de 2019.

THOMPSON, T. **Conversa Franca sobre Autismo: Guia para pais e cuidadores.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 2014.

TOLEDO, E. H.; MARTINS, J. B. **A Atuação do Professor Diante do Processo de Inclusão e as Contribuições de Vygotsky.** Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3298_1675.pdf> Acesso em : 4 de maio de 2019.

WHITMAN, T.L. **O Desenvolvimento do Autismo: Social, Cognitivo, Linguístico, Sensório-motor e Perspectivas Biológicas.** São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2015.